

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA. IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS SOCIAIS

Integração Regional e Desenvolvimento na América Latina. Importância das Pesquisas Sociais

Ronaldo Sérgio da Silva¹

RESUMO

Estamos vivendo um período favorável para reduzir os níveis de pobreza, e desfraldar a utopia do desenvolvimento sustentável envolto nos grandes projetos de infraestrutura proposto para a América do Sul. Não podemos consentir que a pobreza e a desigualdade sejam perpetuadas com os crescimentos econômicos e suas consolidações a partir de estruturas e agentes, como vem acontecendo desde os tempos coloniais, e hoje resultam em altíssimos níveis de pobreza e desigualdade condicionados pela vida política, econômica, social e cultural. Sobretudo, atendem aos setores sociais que possuem força de mobilização e de pressão sobre os governos. Embora não tenha havido a participação e consentimento da população para a aprovação dos projetos de infraestrutura intermodal proposto para a América do Sul, podemos aproveitar estes mesmos projetos e fazer com que sejam utilizados como ferramenta para diminuir a desigualdade social e reduzir, principalmente a pobreza infantil na região. Diversas fontes de informações apontam que os maiores investimentos, em pesquisa, na América do Sul estão voltados para atender ao agronegócio. Entendemos que este deve ser o ponto de mudança de direção, ou o ponto forte para que juntos produzam conhecimento de interesse social, com menor ênfase ao capital especulativo e multifacetário. Temos a convicção de que com mais responsabilidade social das empresas e aumento das pesquisas por parte de governos, organizações internacionais e dos grupos sociais e econômicos na área social é possível reduzir os níveis de pobreza, a começar pela pobreza infantil, e eliminar suas expressões extremas.

Palavras Chave: desenvolvimento, desigualdade, pesquisadores, América Latina

¹Doutor em Desenvolvimento Regional – UNISC/RS; Mestre em Economia – UNAMA/PA; Pós-Graduado em Gerente de Cidade – FAAP/SP; Pós-Graduado em Gerência de Empresas – UNIPAC/MG; Graduado em Telecomunicações – Universidade Estácio de Sá/RJ.



Instituto de Relaciones Internacionales

Universidad Nacional de La Plata Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales

Calle 48 entre 6 y 7, 5º piso - Edificio de la Reforma - La Plata - Argentina

(54-221) 4230628 conaresoiri@iri.edu.ar www.iri.edu.ar

Instituto de Relaciones Internacionales - UNLP @iriunlp

ABSTRACT

Regional Integration and Development in Latin America. Importance of Social Research

We are living in a period favorable to reduce the levels of poverty, and spread the utopia of sustainable development draped in large infrastructure projects proposed for South America

We can not allow that poverty and inequality are perpetuated with economic growth and its consolidation from structures and agents, as has been happening since colonial times, and today result in very high levels of poverty and inequality constrained by political, economic, social and cultural. Above all, meet the social sectors that have the force of mobilization and pressure on governments. Although there was no consent and participation of the population for the approval of infrastructure projects proposed intermodal to South America, we can use these same projects and cause to be used as a tool to reduce social inequality and reduce, especially child poverty in the region. Several sources of information indicate that the largest investments in research, in South America are geared to cater to agribusiness. We believe that this should be the point of change of direction or strength so that together produce knowledge of social interest, with less emphasis on speculative capital and multifaceted. We are convinced that with more corporate social responsibility and increased research by governments, international organizations and the social and economic groups in the social area can reduce poverty levels, starting with child poverty and eliminate extreme expressions.

Keywords: development, inequality, researchers, Latin America

1 - DESIGUALDADE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

As disparidades de rendas, de residências urbanas e rurais, das vias de transportes, dos níveis de escolaridades, os acidentes de trânsito e as mortes deles oriundas, situação das mulheres pobres, dentre outras tantas, mostram a extensão das inúmeras formas de desigualdades, da subordinação e da exclusão social que se infiltram entre todas as faixas de classes sociais.

Informações do PNUD (2010) traz que a América Latina e o Caribe é a região mais desigual do Planeta, e que a desigualdade não só é alta, como também muito persistente, apesar de recentemente se produziram avanços muito importantes na área social que refletiram nos índices de desenvolvimento humano (IDH).

Schwartzman (2007) diz que, na área social, o grande desafio está em assegurar os direitos sociais da população sem ter suficientes recursos econômicos, humanos e institucionais para fazê-lo. Assegura que os “direitos não existem somente no mundo das ideias e valores, mas estão sempre associados a instituições e recursos. Os direitos

civis, que garantem a igualdade de todos perante a lei, o direito à vida, à propriedade e à liberdade de expressão, requerem um estado de direito, um sistema judiciário independente e um poder de polícia capaz de garanti-los” (SCHWARTZMAN, 2007).

Entendemos que o desafio, nos tempos atuais, deve ter como início e fim os esforços da academia, pois de acordo com Schwartzman (2008), o conhecimento com base na ciência é essencial para gerar riqueza.

Schwartzman (2008) vai além, e diz que através da ciência pode-se cuidar melhor do meio ambiente, melhorar o atendimento à saúde, lidar com os diversos problemas sociais, inclusive com o superpovoamento urbano e violência.

O importante de sua fala reside em observar que não é possível esperar que a pesquisa científica a nível regional amadureça para depois dar frutos para a sociedade. Afirma que “os benefícios sociais da acumulação não podem ser adiados indefinidamente, e as sociedades latino-americanas não parecem estar dispostas a alocar mais recursos nas instituições científicas se não perceberem benefícios concretos de seu trabalho” (SCHWARTZMAN, 2008, p.13).

Entretanto, o desenvolvimento de pesquisas sociais para reduzir a pobreza, a desigualdade, e reforçar a institucionalidade social, que embasará os direitos civis e políticos ajudará a disseminar, pelas diversas áreas do conhecimento, instrumentos mais eficazes e eficientes e ajudarão nas propostas das políticas públicas para a redução das desigualdades.

Um alerta é feito por Schwartzman (2008). Ele diz que “há razões para acreditar que este é um falso dilema: a geração de conhecimento e suas aplicações não ocorrem necessariamente em seqüência, e as melhores instituições científicas são as que fazem bem as duas coisas” (SCHWARTZMAN, 2008, p.13).

A nossa preocupação com os problemas da América Latina, na qual estamos inseridos, e o Brasil é um país que está na vitrine, justifica-se pelos dados de 1999 apontados pelo PNUD.

Como salienta Kliksberg (2002), das medições mais recentes da pobreza na América Latina: uma estimativa das Nações Unidas para a região informa que entre 1970 e 1980 havia 50 milhões de pobres e indigentes e que em 1998 se elevou para 192 milhões. Para Kliksberg, o impacto desse quadro é visível nas áreas de educação, saúde e saneamento, onde são alarmantes as carências e penúrias de milhões de pessoas, além de ter vinculação com o desemprego e a informalidade. A taxa média de desemprego subiu de 7,2% em 1997 para 9,5 em 1999.

Estes dados são apresentados detalhadamente por Kliksberg (2002), além das medições na América Latina para identificar a magnitude do problema em relação à pobreza que vêm aumentando, como podemos acompanhar, a seguir.

Com relação à América Central, são pobres 75% dos guatemaltecos, 73% dos hondurenhos, 68% dos nicaragüenses, e 53% dos salvadorenhos. Nos setores indígenas os números podem ser ainda piores. Assim, na Guatemala, 86% da população indígena é pobre, enquanto que dos não-indígenas, apenas 54% o são. Na Venezuela, as estimativas oficiais assinalam que 80% da população é pobre. No Equador calcula-se que 62,5% da população está abaixo do limite da pobreza. No Brasil, 43,5% da população ganha menos que dois dólares por dia e 40 milhões de pessoas vivem em

estado de pobreza absoluta. Na Argentina, a taxa de pobreza das províncias do nordeste é de 48,8%, e a das províncias do noroeste, 46%. Segundo uma estimativa recente (1999), 45% das crianças menores de 14 anos do país são pobres. Uma estimativa das Nações Unidas para toda a região assinala que, entre 1970 e 1980, havia 50 milhões de pobres e indigentes, mas em 1998 seriam 192 milhões (VERRIER, 1999 *apud* KLIKSBURG (2002, P.16).

De acordo com Kliksberg, não pode se relativizar o problema dizendo que existem pobres por toda parte, e que sempre houve pobres. É verdade, mas enquanto nos países desenvolvidos a tendência é estar abaixo de 15% da população, em diversos países da América Latina, essa cifra triplica, quadruplica ou quintuplica.

O parecer de uma Comissão regional presidida por Patricio Aylwin (1995) estima que se encontra na pobreza quase a metade dos habitantes da América Latina e do Caribe. Isso significa outro tipo de problema totalmente diferente. “Não se trata de bolsões de pobreza, mas de amplos setores nesta situação. Por outro lado, as cifras marcam uma tendência para o aumento da pobreza na região”. (KLIKSBURG, 2002, p.16).

Abrimos um parêntese para falarmos da pobreza infantil, pois as crianças representam a esperança e o futuro da região, e indistintamente ocupam os diversos espaços do território.

Ressaltamos que a incidência e a profundidade da pobreza infantil, indígenas ou não, também residem nestas regiões, e justifica-se a urgência nas ações, e em dar maior atenção nos estudos.

A CEPAL e UNICEF (2010) apontaram que quase a metade de crianças da América Latina são pobres, e vivem de forma moderada ou extrema da pobreza. Atinge aproximadamente, 81 milhões de crianças e jovens menores de 18 anos.

As informações da CEPAL e UNICEF sobre a região e do ano de 2007 quando 17,9% das crianças menores de 18 anos se encontravam em situação de pobreza extrema, chegando a um total de 32 milhões de crianças em 18 países. Estas crianças se viam gravemente afetadas por uma ou mais privações extremas.

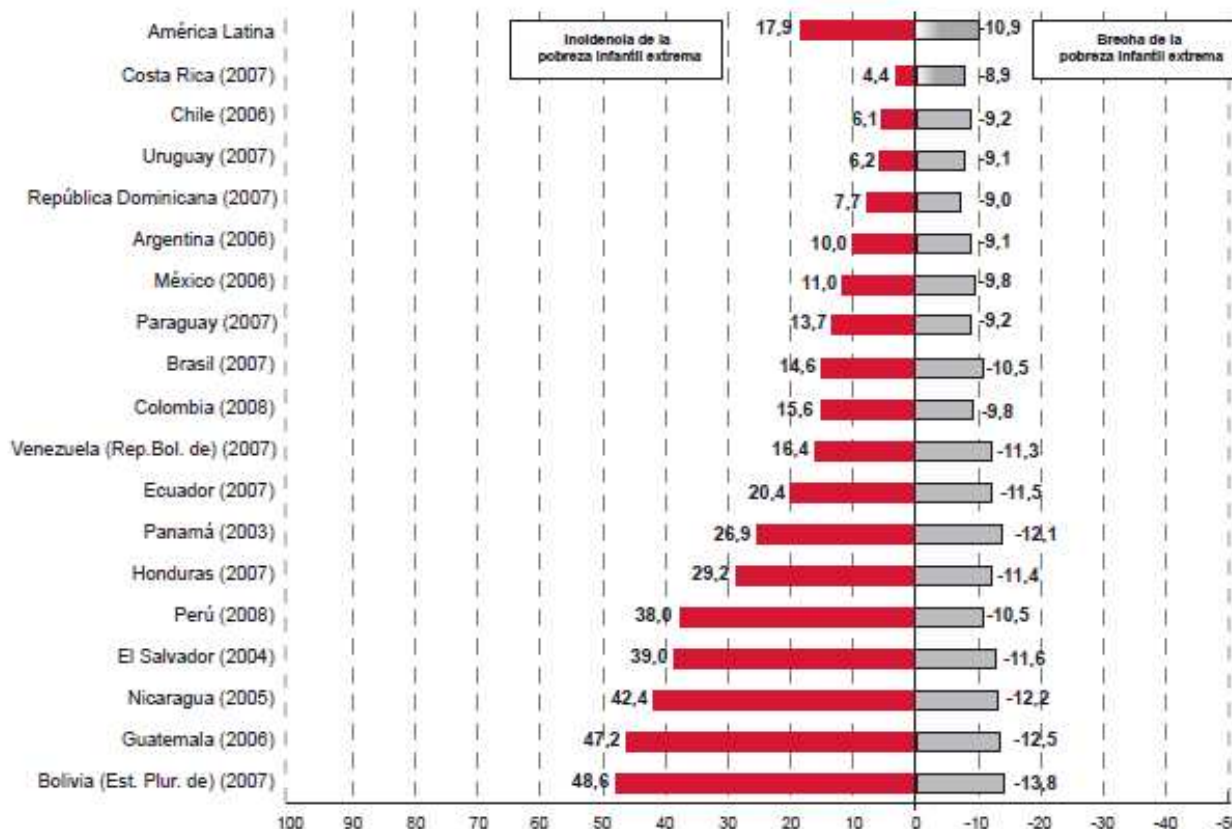
As privações vão desde precariedade das moradias, falta de acesso à água potável, falta de sistema de saneamento básico, falta de acesso aos sistemas educacionais (crianças que nunca foram à escola), desnutrição crônica, falta de sistema de comunicação e informação, incluindo eletricidade nas moradias.

Os índices mais altos de incidência da pobreza infantil extrema, acima de 40%, são os da Bolívia, Guatemala, Nicarágua. Os menores, abaixo ou igual a 10%, são os de Costa Rica, Chile, Uruguay e República Dominicana e Argentina. No entanto, existem 11 países com índices acima de 10%. Inclusive países que se destacam economicamente na região como o Brasil e México.

É redundante falar que as crianças são o futuro da América Latina, mas é imprescindível dizer, pois os investimentos e as estratégias empresariais voltados para a região não têm como prioridade ações visando as crianças e jovens, e muito menos os idosos que vêm aumentando substancialmente.

Os dados referentes a incidência da pobreza infantil extrema na América Latina e Caribe, detectadas entre os anos de 2003 e 2008, estão representados no gráfico 1 a seguir:

AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (18 PAÍSES): INCIDENCIA DE LA POBREZA INFANTIL, EXTREMA ALREDEDOR DE 2007
(En porcentajes)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Panorama social de América Latina 2009 (LC/G.2423-P), Santiago de Chile, noviembre de 2009.

FONTE: CEPAL/UNICEF (2010)

As desigualdades na educação, saúde e outros indicadores, inclusive entre os países fronteiriços, persistem por várias gerações, e em um contexto de baixa mobilidade social e econômica e áreas de baixa densidade populacional, embora expressiva por não deixar existir um grande vazio.

É relevante a observação de Leite e De Ávila (2007) no que tange à localização da pobreza. Eles disseram que a pobreza no mundo afeta particularmente a população que habita o meio rural, onde se encontra, segundo a FAO (2002), 3.233 milhões de pessoas, das quais 2.881 milhões estavam concentradas nos países classificados como “em desenvolvimento” (Garcés, 2005). (LEITE e DE ÁVILA, 2007, p.782).

Estes autores salientam que a situação latino-americana (Tabela 1), além da drástica redução absoluta do número de pessoas (122 milhões em 1980 para 111 milhões em 1997), a pobreza incide basicamente sobre o segmento de comunidades indígenas camponesas (30% do total dos pobres rurais) e pequenos produtores que subsistem em zonas áridas ou semi-áridas da região (outros 30%).

Na América Latina é possível constatar pelos dados da CEPAL apresentados por Chonchol (2005) *apud* Leite e De Ávila (2007, p.782), que o número de pobres aumentou em 3 milhões desde 1990 – chegando a 96 milhões – nesta região, que também sofre um forte processo de concentração de renda, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em seu Relatório Anual de 2005.

Tabela 1. População pobre e extremamente pobre no meio rural – América Latina (%)

Países	População rural em condições de pobreza (% sobre a população rural total)	População rural em condições de extrema pobreza (% sobre a população rural total)
Brasil	75,5	36,5
Chile	57,1	32,6
Colombia	66,6	38,1
Costa Rica	51,1	29,2
El Salvador	42,8	21,4
Honduras	44,4	25,4
México	78,0	44,6
Panamá	54,8	31,3
Peru	43,3	28,9
R. Dominicana	56,3	32,2
Venezuela	86,2	49,2

Fonte: CEPAL (1997) *apud* Chonchol (2005).

Fonte: Leite e De Ávila (2007, p.782).

Na Tabela 1, como foi ressaltado por Leite e De Ávila (2007, p.783), países como Venezuela e México possuem quase metade da população rural em situação de extrema pobreza. No Brasil e Colômbia existe a concentração de uma parcela significativa dos seus habitantes do meio rural em condições de pobreza, o que de acordo com Leite e De Ávila, acaba repercutindo na capacidade de emprego dessa população marginalizada e no seu acesso aos alimentos.

Mesmo assim, pode-se observar que a América Latina tornou-se a grande vitrine dos investimentos internacionais em função das grandes reservas minerais do seu solo, e também por ser um grande mercado em expansão, e portando demandando a necessidade de produtos e serviços de países de fora da região.

2 – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Não se pode deixar que as nuances do capital especulativo aprofunde a contradição já existente entre o princípio de igualdade, implícito na noção de direitos humanos, e os contextos de desigualdades socioeconômicas, e também continuem marcando as vidas de crianças e adolescentes.

As alterações provenientes da busca desenfreada do capital pelos bens da região, e na busca da sua sustentação com a venda de produtos e bens oriundos de outros países interferem na forma como vem emergindo, nas tradições, no pensar e agir das comunidades, e aumentando as desigualdades que dividem as sociedades.

De acordo com a CEPAL (2010), as estratégias das empresas transnacionais buscam matérias-primas e foram impulsionadas por seus altos preços, o que se traduziu em importantes investimentos em toda a região, sobretudo na América do Sul. Para as empresas que buscam mercados locais e regionais, o papel fundamental correspondeu ao crescimento da demanda interna, particularmente em países grandes como o Brasil e o México, o que aconteceu também, de formas similares no Chile, Colômbia, Peru e Uruguai. (CEPAL, 2010, p.9).

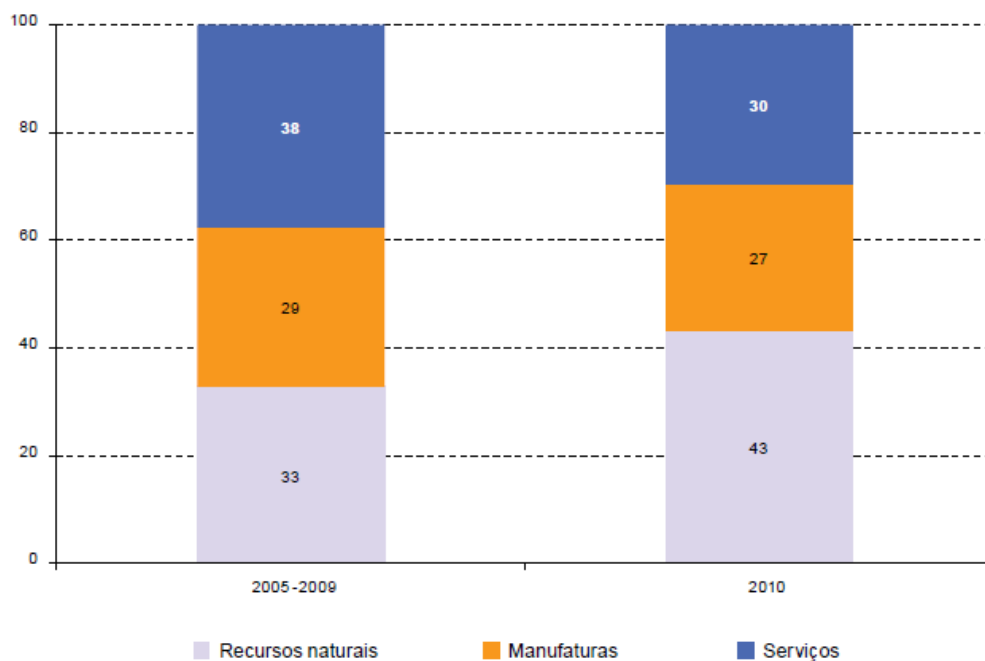
Não há dúvida que, em função disso, os destinos setoriais com maior recebimento em 2010 foram os de recursos naturais e os de serviços, com 43% e 30% de participação, como apresentado nos gráficos 2A e B, da CEPAL (2010).

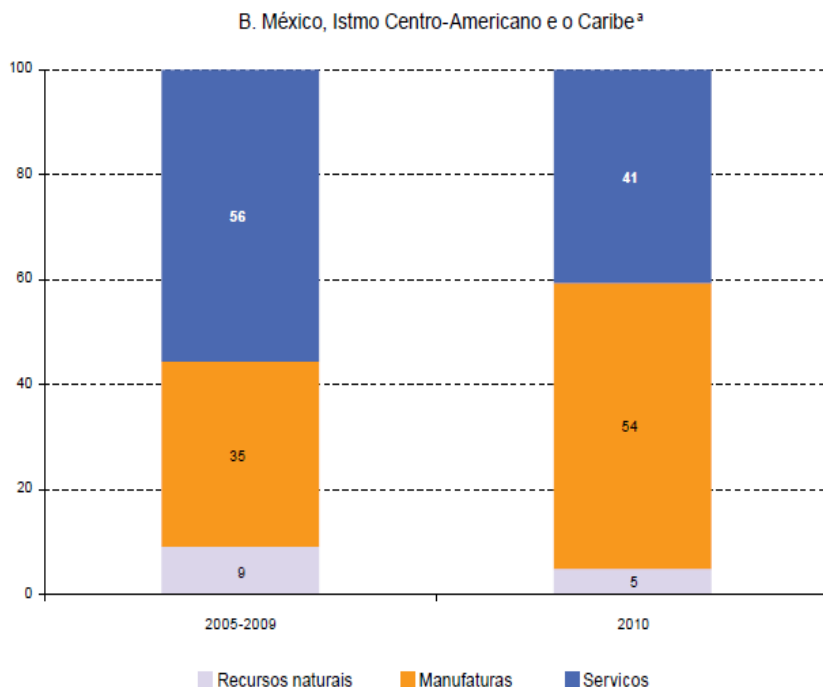
Gráfico 2

AMÉRICA LATINA E CARIBE: SETORES DE DESTINO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO POR SUB-REGIÃO, 2005-2009 E 2010^a

(Em porcentagens)

A. América do Sul





Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras e estimativas oficiais.

^a El Salvador e a República Dominicana incluem a *maquila* no setor “outros”, enquanto a República Dominicana inclui o comércio no setor “manufaturas”.

FONTE: CEPAL (2010)

A CEPAL (2010) revela que a elevada importância dos recursos naturais e, em comparação com 2005-2009, propiciou, inclusive um aumento do peso dos setores primários nos investimentos. Disse também que, por outro lado, no México, Istmo Centro-Americano e Caribe os investimentos continuam chegando principalmente às manufaturas (54%) e aos serviços (41%), ao passo que o setor primário recebeu apenas 5% do total.

Podemos ver, ainda, que a CEPAL (2010) considerou que os fluxos de investimento estrangeiro direto – IED- tem sido mais intenso na América do Sul, onde cresceram 56% com relação a 2009, chegando a 85.143 milhões de dólares. Quatro países mostram um aumento muito importante nesse contexto: o Brasil (87%), a Argentina (54%), o Peru (31%), e o Chile (17%). A Colômbia, mesmo tendo reduzido o recebimento de IED em 5%, alcançou os 6.760 milhões de dólares. Por sua vez, as correntes de IED em direção à República Bolivariana da Venezuela continuaram sendo negativas, produto das nacionalizações de empresas estrangeiras. No México e nos países da América Central o IED busca, além de mercados internos, estabelecer plataformas de exportação para aproveitar as vantagens salariais e de localização.

Fizemos apenas uma pequena demonstração de como a América Latina e o caribe vem sendo objetivada pelas empresas estrangeiras, e também pelos governos, como local

propício para exercer suas práticas e estratégias para ampliar a exploração de riquezas naturais e oportunidades de negócios.

Os estudos que elaboram um marco analítico sobre o investimento estrangeiro direto (IED) têm-se centrado em fatores determinantes e efeitos nas economias receptoras. Adicionalmente, nas últimas décadas avançou-se especialmente no que se refere aos fatores determinantes (Caves, 1996; Blonigen e Piger, 2011). Quanto aos potenciais efeitos das operações de empresas transnacionais, passou-se de visões teóricas a enfoques empíricos cada vez mais holísticos. No entanto, ainda persiste um intenso debate sobre os efeitos das atividades das empresas transnacionais, sobretudo nos países em desenvolvimento devido à dificuldade de encontrar uma relação linear causal entre IED e crescimento econômico, produtividade e inovação (Gallagher, 2010; OCDE, 2002; Lipsey, 2002; Moran e outros, 2005; Markusen e Venables, 1999). (CEPAL, 2010, p.13).

Os nossos governantes e a população deverão ser esclarecidos sobre o modo de operação das empresas e o propósito dos investimentos estrangeiros sobre a região, pois a América Latina é hoje um ambiente em constante processo de transformação, e tem representado um desafio e alternativa, e requer um instrumental cada vez mais sofisticado para sua proteção contra o capital globalizado.

Afirmamos que a proteção deverá vir do meio acadêmico com uma mudança no direcionamento das pesquisas que hoje atendem, em sua maioria, aos grandes conglomerados empresariais do agronegócio, das indústrias automobilísticas, das indústrias e laboratórios farmacêuticos e dos vários exploradores de *commodities*.

Ainda, de acordo com a CEPAL (2010), os novos projetos anunciados de IED segundo os setores de destino mostram o seguinte padrão de conteúdo tecnológico destes investimentos na América Latina e no Caribe:

a região apresenta uma preponderância de projetos de IED em setores de tecnologia baixa e média-baixa; nos últimos anos, observa-se um incremento dos projetos em setores de tecnologia média-alta e de projetos associados a atividades de pesquisa e desenvolvimento; e a participação da região em projetos com alto conteúdo tecnológico é ainda reduzida em comparação com outras regiões, estando estes projetos concentrados sobretudo no Brasil e no México(CEPAL, 2010).

Sabemos que os investimentos estrangeiros diretos sobre os países da América Latina provocarão um efeito em cascata nas suas economias, mas não sabemos se estarão sobre os desígnios de um círculo vicioso ou virtuoso. Esses investimentos enfatizam a importância das empresas como agentes da integração regional, e como meio para compartilhar práticas e conhecimentos vinculados aos seus processos produtivos, que não são claros para a população.

A sociedade deverá se fortalecer em associações para se proteger e, em regiões de baixa densidade demográfica, muito comuns na América Latina e Caribe, o governo deverá ter pulso forte para exercer a sua responsabilidade social, e não só econômica.

O grande apoio dos governos e da população está na produção de conhecimento de cada espaço, que é a melhor defesa do território, e indispensável para se definirem

políticas públicas emergências e estruturais que possam retirar o maior número possível de indivíduos da condição submissão, de pobreza e que possam promover a inclusão social de maneira sustentável.

3 – INVESTIMENTOS SELETIVOS EM PESQUISA NA AMÉRICA LATINA

A responsabilidade das universidades em produzir conhecimento, de qualidade, é que fará a diferença para a América Latina. Mas para que esta diferença seja sustentável é necessária a autonomia dos pesquisadores, e que o custeio das pesquisas não esteja vinculado a organismos que atendam aos interesses do capital expropriador.

Schwartzman (2008) ressalta a importância do conhecimento com base na ciência como fator essencial para gerar riqueza, cuidar do meio ambiente, melhorar a saúde e lidar com os problemas sociais de pobreza, superpovoamento urbano e violência social.

Concordamos com Schwartzman (2008, p.13) quando diz que não é possível esperar que a pesquisa científica da região amadureça primeiro para depois começar a dar frutos para a sociedade, pois como na economia, os benefícios sociais da acumulação não podem ser adiados indefinidamente.

Ao fazer referência às economias desenvolvidas, Schwartzman (2008, p.13) revela que a maior parte da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico ocorre em empresas privadas, bem como em instituições de pesquisa governamentais, civis e militares.

Schwartzman (2008) cita que o Japão e a Coreia do Sul são exemplos de países que desenvolveram fortes capacidades tecnológicas em suas grandes corporações privadas antes de desenvolver suas universidades de pesquisa, mas, mais recentemente, começaram a sentir a necessidade de promover suas melhores universidades aos padrões de suas congêneres americanas e européias, com Índia e China trabalhando para alcançá-las (Altbach and Balán 2007; Indiresan 2007; Kim and Nam 2007; Liu 2007; Yonezawa 2003) *apud* (SCHWARTZMAN, 2008, p.14).

Entretanto, Schwartzman (2008, p.14) observa que na América Latina, a pesquisa é principalmente acadêmica, ocorre em determinados departamentos e instituições dentro das universidades que são em geral voltadas à formação profissional, e com vínculos fracos com a economia e a sociedade em geral.

O autor ressalta, ainda, que as universidades de pesquisa são únicas em sua habilidade para atrair e educar pesquisadores qualificados e trabalhar na fronteira da pesquisa científica. Há uma tendência crescente das corporações privadas desenvolverem parcerias estratégicas com universidades SCHWARTZMAN (2008, p.13).

A função dos pesquisadores fica cada vez mais evidente, pois as atividades econômicas, sociais, culturais e quaisquer outras atividades humanas tornaram-se dependentes de um enorme volume de conhecimento e informação.

A economia do conhecimento baseia-se no desenvolvimento para os mercados mundiais de produtos sofisticados, que fazem uso de conhecimento intensivo, e na crescente concorrência entre países e corporações multinacionais, com base em sua perícia científica e tecnológica. Mas, a importância do conhecimento baseado em ciência não se limita a seus impactos sobre o setor de negócios. Questões como proteção ambiental,

mudança climática, segurança, cuidados de saúde preventiva, pobreza, geração de empregos, equidade social, educação geral, decadência urbana e violência dependem de conhecimento avançado para ser adequadamente compreendidas e traduzidas em práticas para políticas efetivas e eficazes. Estas necessidades são urgentes, e os países não deveriam ter a desculpa de não fazer uso do melhor conhecimento possível para lidar com suas questões econômicas e sociais, objetivando o que geralmente se entende por “desenvolvimento sustentável” (SERAGELDIN, 1998 *apud* SCHWARTZMAN, 2008). Mesmo se a economia não for muito desenvolvida, e as instituições educacionais forem de baixa qualidade, como se encontram muitas na América Latina, há quase sempre espaço para desenvolver a competência científica, não necessariamente a um custo muito alto. SCHWARTZMAN (2008, pp.15 e 16).

Na América Latina algumas agências como a Comissão de Avaliação de Pessoal de Nível Superior – (CAPES), que é a agência brasileira de avaliação da educação superior; a Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria – (CONEAU) - na Argentina; e o Padrón Nacional de Posgrado - (PNP), no México, que desempenham papéis análogos, os recursos a elas alocados tendem a ser pequenos, e representam uma fração do que os países gastam em pesquisa, tecnologia e inovação. Além do mais, o dinheiro tende a se dispersar em um grande número de pequenos projetos, uma vez que estas agências têm dificuldades em estabelecer prioridades e concentrar recursos. A premissa de que a pesquisa de boa qualidade eventualmente se transformará em tecnologia aplicada e útil, raramente se realiza. SCHWARTZMAN (2008, p. 22).

As faltas de pesquisas sociais sobre as desigualdades e a qualidade das poucas existentes permitem que o crescente número de grupos dominados permaneça com os impactos da pobreza estrutural. O fato é que a América Latina caracteriza-se por ser uma sociedade extremamente desigual, sendo a região do mundo que apresentou as mais elevadas e persistentes taxas de desigualdade de renda (medidas a partir do índice de Gini) ao longo da segunda metade do século XX (Justino, Litchfield e Whitehead, 2003, 8) *apud* (BOTELHO, 2012). Outras medidas de desigualdade social apontam para a mesma direção, tornando esse um tema central para os estudos latino-americanos a ser realizado em estudos multidisciplinares.

A importância das pesquisas abordando historicamente a desigualdade social, ainda é pouco aprofundada. Conforme Botelho (2012), sobretudo no Brasil, as questões étnicas e raciais ocupam boa parte da agenda de pesquisa da área. De modo geral, os estudos são muito naciocêntricos, e os exemplos de cooperação buscam muito mais justapor estudos de casos nacionais em torno da mesma temática do que propriamente analisar sob o mesmo ponto de vista metodológico as questões investigadas.

Acreditamos, em conformidade com Botelho (2012), que é possível avançar no estudo dessas e de outras temáticas relevantes para as ciências sociais latino-americanas, e na possibilidade de construir bases comuns para investigação histórica em torno da temática da desigualdade social, considerada fundamental nas ciências humanas e sociais da América Latina.

Deve-se estabelecer formas de cooperação entre os pesquisadores da América Latina para elaborar uma agenda comum de pesquisa que digam respeito às questões de desigualdades e mobilidades sociais.

O esforço conjunto evitará ou ao menos reduzirá os investimentos desiguais que vêm acontecendo na América Latina onde se vê sobressair o Brasil, e a forte concentração em apenas quatro países, apesar de toda a região representar área de interesse para o capital globalizado, e ter problemas sociais crônicos e persistentes.

Confirmando o exposto e baseada em relatório sobre ciência divulgado pela Unesco, a Folha de São Paulo (2010) diz que o Brasil representa 60% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) da América Latina. Juntamente com o Brasil a Argentina, Chile e México concentram 90% dos investimentos em P&D de toda a região, destaca o documento, que acrescenta que os valores investidos são baixos e, além disso, canalizados através de fundos públicos, quase à margem da iniciativa privada.

Para a Folha de São Paulo (2010), o relatório, que analisa dados de 2007 (ou seja, antes da crise econômica e financeira), revela que os investimentos brutos em pesquisa e desenvolvimento na América Latina e no Caribe só alcançaram 0,67% do PIB (Produto Interno Bruto) da região, enquanto que nos países ricos da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), a média de gastos na área foi de 2,28% no período.

Além disso, segundo a Folha de São Paulo (2010), dois terços dos investimentos em P&D na região ainda são financiados com fundos estatais, dos quais 40% são canalizados para universidades e o resto para institutos públicos de pesquisa, revela a Unesco, que ressalta que nos países da OCDE ocorre o inverso.

Outro dos desafios que a região enfrenta, e apontados pela Folha de São Paulo (2010), é a fuga de cérebros, incentivada por "baixos salários e insuficiente utilização do capital humano em nível nacional". "A fuga de cérebros alcança uma percentagem muito elevada em países como Nicarágua (30,9%) e Cuba (28,9%), além de quantidades também significativas em México (14,13%) e Colômbia (11%), e reduzidas em Brasil (3,3%) e Argentina (4,7%)", afirma o relatório, que destaca que muitos dos cientistas que emigram vão para os Estados Unidos.

A partir de 2009, segundo observações de Brigatto (2012), os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) tiveram um novo impulso, depois da crise econômica mundial, e as 1.000 maiores empresas de capital aberto do planeta voltaram a aplicar mais recursos na criação de novos produtos e tecnologias.

Desenvolvimento em alta

Com cenário econômico mais favorável, companhias voltaram a investir em P&D em 2010

2010	2009	Empresa	Investimento 2010 (US\$ milhões)	Variação (%)
1º	1º	Roche	9,64	1,5
2º	5º	Pfizer	9,41	20
3º	6º	Novartis	9,07	21,4
4º	2º	Microsoft	8,71	-3,3
5º	14º	Merck	8,59	53
6º	4º	Toyota	8,54	0,7
7º	10º	Samsung	7,87	23,2
8º	3º	Nokia	7,77	-0,8
9º	11º	General Motors	6,96	16
10º	7º	Johnson & Johnson	6,84	-2

Empresas brasileiras

2010	2009	Empresa
119º	151º	Petrobras
133º	103º	Vale
705º	789º	CPFL Energia
807º	993º	Totvs
924º	847º	Embraer

US\$ 2,1 bilhões

foi o investimento feito em P&D pelas cinco empresas brasileiras de capital aberto que integraram esta edição do estudo

28% do orçamento

de US\$ 550 bilhões foi a participação das companhias do setor de computação e eletrônicos no total de recursos aplicados em P&D em todo o mundo em 2010. Com um incremento de US\$ 16 bilhões em seus orçamentos, as companhias lideraram os investimentos.

Fonte: StatistaGo

Fonte: Brigatto (2012).

Observa-se nos dados apresentados que a farmacêutica Roche liderou o ranking. Durante 2010, a companhia aplicou US\$ 9,64 bilhões em P&D, o equivalente a 21,1% de suas vendas. Na segunda e na terceira colocação ficaram as também farmacêuticas Pfizer e Novartis, respectivamente, que ampliaram seus investimentos em torno de 20% cada (BRIGATTO, 2012).

Na avaliação de Leuzinger *apud* Brigatto (2012), o melhor desempenho das companhias do segmento farmacêutico pode estar relacionado a algum desenvolvimento específico realizado durante o ano de 2010. As empresas do setor automobilístico tiveram o terceiro melhor desempenho, com 15% do total dos investimentos.

Estes dados reforçam os nossos argumentos de que os maiores financiamentos em pesquisa estão voltados para as indústrias farmacêuticas e automobilísticas, além do agronegócio e exploradores de *commodities*, atendendo aos grandes conglomerados.

Estas empresas necessitam abastecer seus mercados ou escoar seus produtos com velocidade, para combater a concorrência, reduzir seus custos com transporte, satisfazer seus clientes, e outras formas de conquistar mercados, e o gargalo é os modais de transporte.

Assim, agilizar e otimizar os meios de transporte na América Latina e no Planeta torna-se imperativo, e vemos nessas intenções o surgimento dos ditos Eixos de Desenvolvimento da América do Sul, a partir de 2000.

4 - EIXOS DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE. PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO: REDUÇÃO DA POBREZA E COMBATE À DESIGUALDADE.

Os dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) propostos pelos presidentes dos 12 países da América do Sul no ano de 2000, e que já se materializam pontualmente na região, vem, pela sua magnitude, entrelaçando os modais de transporte no Planeta, e tendem a ampliar e agilizar as exportações e importações, além de melhorar a competitividade e promover o crescimento sustentável da região.

Estes eixos, de acordo com IIRSA (2012), são franjas multinacionais do território e onde se concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos comerciais. Cada EID tem a finalidade de articular o território com o resto da região, planificar as inversões e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Embora tenha esta premissa em seu bojo, mas o forte esta em dar maior velocidade no escoamento de matérias-primas, pois como já mencionado pela própria IIRSA, os EIDs concentram em espaços naturais, zonas produtivas e com fluxos comerciais. Isto sem mencionar que são projetados em áreas de baixa densidade demográfica e de riquezas minerais relevantes para a região e outros países fora do bloco.

Professor chileno Jaime Osorio associa o crescimento das exportações de matérias-primas pelo continente a um processo de empobrecimento e aumento das desigualdades sociais na região (REDE BRASIL ATUAL, 2012).

Com essa visão, a Rede Brasil Atual (2012) revela que em entrevista o professor Osorio explica que estamos sob a égide da “teoria da dependência” que leva a economia mundial a criar desenvolvimento e bem-estar em alguns países enquanto mantém outras nações na pobreza.

A Rede Brasil Atual (2012) expõe que Jaime Osorio analisa a atualidade latino-americana e comenta o processo de desindustrialização atravessado pela região ao passo que as exportações de matéria-prima crescem vertiginosamente.

Para Osorio *apud* Rede Brasil Atual (2012) a teoria da dependência foi uma formulação que apareceu nos anos 1960 e 1970, mas que pretende definir as características de um tipo particular de capitalismo: o capitalismo dependente, que nada mais é do que a outra face do capitalismo observado nos países desenvolvidos e imperialistas. Surgiu para entender o sistema mundial capitalista criando centros e periferias, gerando desenvolvimento e, ao mesmo tempo, subdesenvolvimento, atraso e dependência, como em nosso mundo latino-americano.

Os países latino-americanos terão que pensar regionalmente a construção de um sistema distinto ao capitalismo. Será muito difícil que cada economia consiga, separadamente, criar as condições necessárias para sua autonomia. Outra coisa é estabelecer parcerias com um Brasil e uma Argentina que caminhem em direções não capitalistas. Osorio *apud* REDE BRASIL ATUAL (2012).

Assim, as economias da América Latina poderão apoiar-se mutuamente e vislumbrar um horizonte de desenvolvimento e construção de uma vida comum baseada em outros modelos, que podem e devem ser substanciados pelas pesquisas socioeconômicas.

Não dando a devida atenção às pesquisas sociais, invertendo o quadro atual de atender aos grandes conglomerados, a integração regional, sonhada por todos os líderes em 2000, está a falhar. É sabido que quase todos os países-membros estão longe de atingir os indicadores econômicos estabelecidos para a integração regional, pois estão

amarrados a sua dívida pública, inflação e déficit na balança comercial. Assim, o desempenho da maioria das economias da região ainda não é autossustentável.

Leite e De Ávila (2007, p.795) baseado nos estudos sobre a América Latina, De Janvry e Sadoulet (1999) avaliam que o crescimento econômico apenas reduzirá a pobreza rural e urbana se os níveis iniciais de desigualdade e pobreza não forem muito altos. Aqui reside um grande problema para os projetos da IIRSA, pois os EIDs estão situados em regiões de grande desigualdade e pobreza.

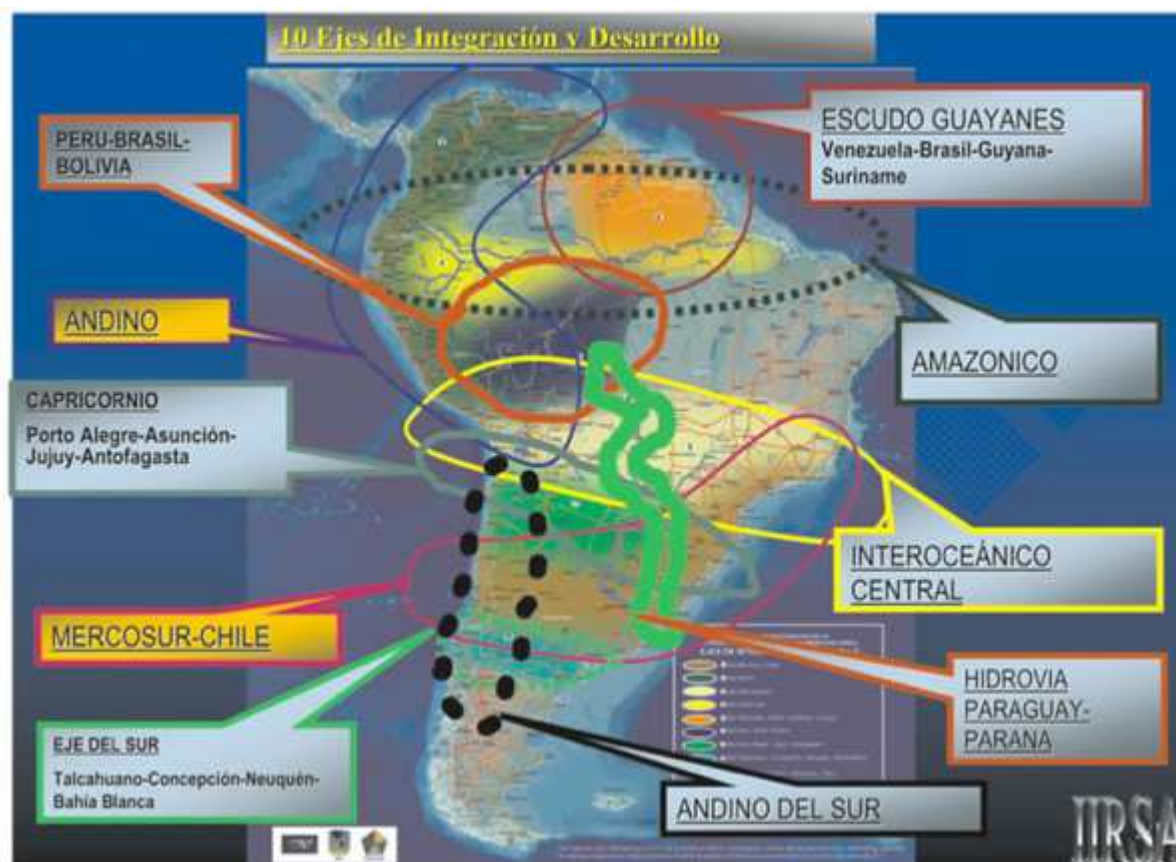
Para Leite e De Ávila (2007, p.795), nos países nos quais há, no início do processo, uma grande desigualdade, o crescimento é completamente ineficaz no combate a este tipo de injustiça social. Nas cidades, a taxa de escolaridade necessita ser alta para que o crescimento reduza a pobreza. Outro aspecto a considerar, é a redistribuição de ativos para os mais pobres, e a igualdade de oportunidades no acesso a instituições públicas e privadas.

Também, os dizeres e considerações anteriores constituem obstáculos ao desenvolvimento nas regiões por onde passarão os EIDs, pois podemos citar que no Eixo Amazônico os fatores como escolaridade, a oportunidade de acesso às instituições constituem enormes dificuldades. Não só no Eixo Amazônico, mas em todos os outros nove encontraremos problemas semelhantes de acesso, incidência de pobreza, baixa escolaridade, e etc. estão presentes.

Figura 1 – Eixos de Integração e Desenvolvimento

VI Congreso de Relaciones Internacionales

21, 22 y 23 de noviembre de 2012



Fonte: Teitelbaum (2012, p.6).

Concordamos com Leite e De Ávila (2007) ao citar que o crescimento econômico é insuficiente e o proposto pela IIRSA caminha na mesma direção, ainda mais porque a pobreza rural na América Latina implica em uma subutilização de recursos econômicos, necessitando de “uma razoável distribuição de ativos no meio rural, aproveitando melhor a mão-de-obra e as terras, e ainda se minimizando outros problemas que deprimem o crescimento, como o êxodo rural exagerado, a desestabilização política e a deterioração ambiental” (LEITE e DE ÁVILA, 2007, p.795).

Os 12 países membros da IIRSA devem convergir os seus indicadores sociais e econômicos como o Produto Interno Bruto, Índice de inflação sustentável, maior equilíbrio na balança comercial, redução da dívida pública em seu valor líquido. Associa-se a estes indicadores a necessidade de menor dependência de concessões financeiras e financiamentos de deficits, um estável e mais competitivo regime de taxas de câmbio, racionalização do Governo e do sector público, entre outros.

Melhorar, construir e manter as vias de transportes na América do Sul e na América Latina são realidades emergentes e necessita ser priorizada, por seus governos e pela sociedade civil/iniciativa privada, pois é verdade que os transportes conduzem às mudanças e pelos quais os investimentos em infraestrutura comprovadamente se

constituem no "sistema endovenoso por onde circulam os avanços em educação e saúde".

Teitelbaum (2012, p.6) afirma que, para crescer harmonicamente e com sustentabilidade, a infraestrutura física é o elo mais vulnerável da corrente.

O crescimento da região não é mais acentuado porque sua infraestrutura física se situa entre os indicadores de baixíssimos índices, o que faz com que os projetos da IIRSA sejam recomendados, mas com objetivos além do viés exploratório do território, e principalmente em detrimento da população por onde passaram os EIDs.

A infraestrutura modal da América Latina, cujos maiores lastros estão na América do Sul, merece e precisa estar nas agendas dos pesquisadores, na sua multidisciplinaridade, pois assim, o desenvolvimento sustentável encontrará um porto seguro para avançar com expressivos ganhos sociais daqueles que historicamente vivem à margem da sociedade e também, não obstante, nas regiões periféricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os cenários possíveis para o desenvolvimento da América Latina, em nossa opinião, a parceria e a cooperação geopolítica das pesquisas multidisciplinares moldarão o futuro para os mais de 540 milhões de habitantes, com a inversão de propósitos para os estudos socioeconômicos, sem a dependência de fontes do capital dos grandes conglomerados que vêm na região o teatro de operações para suas estratégias mercadológicas.

Estou convencido que a cooperação científica entre os países da América Latina é vital para a proteção do território, e para lidar com os desafios, complexos e crescentes, que interligam todos os povos Sul-Sul, pois as pesquisas advindas dos diversos estudiosos, e capazes, que existem na América Latina, podem moldar o futuro com propostas que possam embasar as políticas públicas, tornando-as efetivas e eficazes, com as características próprias de cada país, sem expressarem cópias de outras de fora da região.

Os pesquisadores, em parcerias público/privadas ter em seus propósitos orientar os governos sobre os possíveis riscos dos projetos da IIRSA, nos diversos EIDs, e encontrar saídas para os principais desafios socioeconômicos para as próximas décadas.

Torna-se imperativo os países da América latina projetarem estratégias para enfrentar os problemas das desigualdades, da fraqueza das redes de apoio familiar, da assistência á saúde, aumento do emprego e renda com fixação do homem no campo, a falta de serviços básicos de saúde pública, o envelhecimento da população, o baixo índice de escolaridade, enfim todos os tipos de desigualdades sociais.

O apoio da ciência é fundamental, e para que isso aconteça a consequente valorização dos professores, pesquisadores e demais agentes e funcionários do ramo da educação.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, TARCÍSIO. 2008-2009: *Desigualdade social na América do Sul em perspectiva histórica.* Disponível em: http://www.siniestro.com.uy/pueblosynumeros/index.php?option=com_content&view=article&id=8&catid=3&Itemid=7&lang=en. Acesso em: agosto de 2012.

BRIGATTO, GUSTAVO. *Companhias voltam a investir em pesquisa.* Disponível em: <http://www.businessreviewbrasil.com.br/technology/companhias-voltam-a-investir-em-pesquisa>. Acesso em: setembro de 2012.

CEPAL. *O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe.* Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/43304/2011-238_LIEP_2010-WEB_PORTUGUES.pdf. Acesso em: setembro de 2012.

CEPAL/UNICEF. *Pobreza infantil en América Latina y el Caribe.* Este documento forma parte de las actividades del proyecto conjunto de la CEPAL y el UNICEF sobre pobreza infantil, desigualdad y ciudadanía (UNI/08/002). **LC/R.2168. Diciembre de 2010.**

FOLHA DE SÃO PAULO. *Brasil atrai 60% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, diz Unesco.* <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/829173-brasil-atrai-60-dos-investimentos-em-pesquisa-e-desenvolvimento-diz-unesco.shtml>. 11-11-2010.

IIRSA. *Los Ejes de Integración y Desarrollo.* Disponível em: <http://www.iirsa.org//Areas.asp?CodIdioma=ESP>. Acesso em: setembro de 2012.

KLIKSBERG, BERNARDO. *América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social* / Bernardo Kliksberg; tradução de Norma Guimarães Azeredo . Brasília : UNESCO, 2002.

LEITE, SÉRGIO PEREIRA; e **DE ÁVILA, RODRIGO VIEIRA.** *Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas.* RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 777-805, jul/set 2007 – Impressa em agosto 2007.

PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010:** Actuar sobre El futuro: romper la transmisión intergeneracional de La desigualdad . –1a. ed. – San José, C.R.: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2010.

REDE BRASIL ATUAL. *Teórico critica insistência da América Latina na exportação de matérias-primas.* Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/internacional/2012/08/teorico-critica-insistencia-da-america-latina-na-exportacao-de-materias-primas>. Acesso em: setembro de 2012.

SCHWARTZMAN, SIMON. *Os desafios das políticas sociais para a América Latina.* Versão 0.3. 8 de agosto de 2007

_____. **UNIVERSIDADES E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA. Experiências exitosas de centros de pesquisas.** Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais - www.bvce.org. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Ano da última edição: 2008

TEITELBAUM, JOAL. **Ensaio, uma contribuição expositiva ao processo de integração da América do Sul.** Disponível em: <http://www.rotasintegracao.org.br/8cirias/arquivos/ensaio-VIII-cirias.pdf>. Acesso em: setembro de 2012.